

EM BUSCA DE EMPREGO: A TRANSIÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS E EGRESSOS PARA O MUNDO DO TRABALHO

VIRGINIA TELES CARNEIRO¹
SONIA MARIA ROCHA SAMPAIO²

Resumo

Este artigo objetiva descrever como se deu a transição de jovens universitários e egressos para o mundo do trabalho. Trata-se de um recorte de uma pesquisa maior, cujo objetivo foi compreender como estudantes de Psicologia tornam-se psicólogos profissionais. A partir de uma perspectiva interacionista e etnometodológica, 11 (onze) jovens foram entrevistados pouco antes da conclusão da graduação e, aproximadamente, após um ano da concessão da primeira entrevista. A preocupação em relação ao trabalho ocupa lugar central na vida dos participantes, como estudantes ou recém-formados, denotando as dificuldades da transição universidade-mundo do trabalho, bem como as estratégias utilizadas para conseguirem emprego.

Palavras-chave: Universidade. Trabalho. Juventude.

Abstract

This article aims to describe how was the transition of college students to the world of labor. This is an excerpt of a larger research that aimed to understand how psychology students become professional psychologists. From an interactionist and ethnomethodological perspective, 11 (eleven) students were interviewed shortly before graduation and, again, about a year after granting the first interview. The concern about the work occupies a central place in the lives of the participants, either as students or new graduates, reflecting the difficulties of the transition from university to the world of labor, as well as the strategies used by them to find a job.

Keywords: University. Labor. Youth.

1 Professora Adjunta da Unidade Acadêmica de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com interesse na temática “vida e cultura universitária”.

2 Professora Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vinculada ao Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos. Psicóloga, Mestre e Doutora em Educação.

1 Introdução

Diante de estruturas sociais cada vez mais instáveis e delineadas a partir de uma valorização do indivíduo e de suas vontades, a juventude atual experimenta um tempo de incertezas, vivenciando uma permanente tensão entre presente e futuro; assim, ao mesmo tempo em que desejam independência, os jovens mantêm vínculos de dependência ao adiarem, cada vez mais, a entrada na vida adulta. Um dos aspectos mais significativos para a compreensão da transição juventude-adulterez refere-se à relação entre educação e trabalho, ou seja, à inserção do jovem na “vida ativa”. A acessibilidade cada vez maior ao Ensino Superior tem provocado transformações substanciais na sociedade brasileira, especialmente porque frequentar esse nível de ensino não está mais condicionado exclusivamente à origem social. A dedicação aos estudos foi algo permitido ao jovem devido à exigência de capacitação para o mercado de trabalho, via escolarização, bem como pela disponibilidade de tempo que a ideia de juventude como transição para a idade adulta proporcionou. Com a crescente escolarização, a família foi perdendo espaço como a mais importante fonte de transmissão de valores e conhecimentos necessários à sobrevivência em uma sociedade globalizada, fazendo o processo de socialização sofrer consequências a partir do reconhecimento do jovem como estudante.

O jovem estudante é comumente identificado como um ser literalmente em transição, que está em preparação para a vida ativa, para o mundo do trabalho. De acordo com Pais (2003, p. 31, grifos do autor), “[...] os problemas que, contemporaneamente, mais afectam a ‘juventude’ – fazendo dela, por isso mesmo, um *problema social*, são correntemente derivados da dificuldade de entrada dos jovens no mundo do trabalho”. Os obstáculos se devem, em parte, às várias transformações ocorridas no mundo laboral, como novas formas de trabalho flexível e diminuição da oferta de empregos estáveis. No Brasil, de acordo com Pochmann (2004), as transformações do trabalho têm motivado o distanciamento progressivo entre o que os jovens gostariam de ser, ou seja, o que esperam do futuro, e o que eles realmente conseguem ser, a partir das contingências cotidianas que enfrentam. Aliada a isso, está a expansão da educação superior brasileira provocada pelas privatizações nos anos 1990, e, mais recentemente, no setor público, a qual trouxe implicações para a relação entre transições juvenis, universidade e mundo do trabalho.

É importante reconhecer que a passagem pela universidade vai além da formação profissional e de um ritual para a vida ativa adulta, pois inclui uma projeção de si mesmo e o desenvolvimento de estratégias para sua efetivação. Para quem decide continuar os estudos e ingressar no Ensino Superior, a opção pelo curso é um

momento importante, como se tentasse responder à sempre onipresente pergunta: “o que você vai ser quando você crescer?”. A entrada na universidade é um marcador de mudanças desenvolvimentais, visto que ser estudante universitário significa tentar atender a uma série de novas exigências relacionadas à autonomia, às relações interpessoais e à cognição. De modo semelhante, a saída da universidade provoca uma ruptura importante na vida do jovem, pois ele abandonará o *status* de estudante e reconstruirá sua identidade a partir de suas tentativas de inserção profissional, precisando elaborar estratégias para ocupar uma vaga no mundo do trabalho.

Este artigo é um recorte de uma tese de doutoramento que buscou compreender como estudantes de Psicologia tornam-se psicólogos profissionais, tendo como perspectiva uma epistemologia interacionista e etnometodológica. O objetivo principal do presente texto é descrever como se deu a transição desses jovens para o mundo trabalho. Para isso, foram considerados dados da pesquisa referentes às expectativas em relação ao futuro profissional em momento anterior à conclusão do curso, bem como as estratégias utilizadas pelos jovens para conseguirem ocupar um lugar no mundo do trabalho alguns meses após a saída da universidade. A pesquisa foi realizada visando compreender a transição desses jovens não como efeito, mas sim como acontecimento, ou seja, *como os jovens fizeram* a referida transição. Entender a trajetória desses jovens é diferente de entender a transição como um efeito, ou seja, refere-se à compreensão de como eles agiram, encontrando ou não soluções para enfrentar as situações cotidianas que ocorreram entre a formação universitária e a inserção no mundo de trabalho.

2 Juventude, trabalho e universidade

No início do século passado, momento em que o taylorismo e o fordismo estavam em pleno vigor, as grandes organizações geraram condições de trabalho rígidas e estandardizadas, mediadas pelo Estado e em acordo com organizações sindicais. De acordo com Antunes (2000), nessa época, um sistema de compromisso e regulação foi elaborado pelos países com grande avanço capitalista, de modo que os trabalhadores faziam projeções de empregos duradouros e ocupações de cargos vitalícios em um mesmo local de trabalho, com uma rotina de vida previsível. Porém, nas últimas décadas do mesmo século, esse formato entrou em crise, dando lugar, paulatinamente, a uma diversidade de modelos flexíveis. Guerreiro e Abrantes (2007, p. 21) explicam que a chamada terciarização e qualificação do emprego fazem a transição da economia industrial para uma economia baseada no conhecimento, na qual os analistas simbólicos “[...] constituem um grupo

cada vez maior e com mais poder [...]. A formação, a criatividade e o trabalho em grupo tornaram-se assim alicerces fundamentais das organizações e, mais genericamente, das economias”. A flexibilização do trabalho fez com que os trabalhadores tivessem de desenvolver a capacidade de se adaptar às mudanças nos modelos produtivos, o que significa não apenas uma adaptação à flexibilização das tarefas cotidianas, do salário e dos horários, mas, também, uma adaptação subjetiva a essa nova realidade (CASTEL, 1998; SENNETT, 2001).

Segundo Antunes (2000), o Brasil, como país em desenvolvimento, não participou da estabilidade vivida por países desenvolvidos no início do século XX. A partir década de 1990, com a forte inserção do modelo japonês, nosso país passou por uma intensa reestruturação produtiva do capital, gerando uma nova configuração, onde características antigas do fordismo e novas formas de capital flexível coexistiram. Cabe destacar que a economia brasileira há muito tempo é marcada por subempregos, terceirizações, trabalhos temporários, parciais e informais. E embora se perceba uma diminuição da informalidade, o Brasil ainda vivencia a realidade da rotatividade entre empregos, com admissões e demissões. De acordo com Beck (1992), a falta de estabilidade gera vínculos de trabalho inconsistentes, pois, ao mesmo tempo em que os trabalhadores sentem-se livres para experimentar novas oportunidades, sentem menor identificação e segurança no trabalho, visto que transitam por diferentes empregos. Na era da flexibilidade, é cada vez mais difícil planejar a vida em longo prazo. O autor também afirma que uma característica do trabalhador livre é que ele precisa ser qualificado e competitivo, de modo que os riscos, as projeções e a precarização são vividos individualmente.

É óbvio que essas tendências à flexibilização e à individualização das condições de trabalho são vivenciadas de formas muito diferentes a depender de cada sociedade, do setor da atividade e das características da população, especialmente no que se refere à origem social, regional, étnica, ao gênero e às condições de escolarização; mas, a juventude é uma parcela da população especialmente afetada por essas transformações. Conforme destacam Guerreiro e Abrantes (2007, p. 21), “[...] os processos de modernidade e globalização têm gerado enormes convulsões no mercado de trabalho, com consequências muito significativas nas formas de transição dos jovens para a vida adulta”.

Em pesquisa realizada em Portugal com diversos grupos juvenis, Pais (2003) percebeu que jovens de distintas classes sociais parecem predispostos a experimentar novas formas de existência, mais adaptadas à situação de precariedade ou de flexibilização do mundo do trabalho. Para o autor:

Não é uma determinada “ética de trabalho” que estes jovens contestam. São antes as novas modalidades de entrada na vida adulta – caracterizadas por um alongamento

e uma indeterminação crescentes – que suscitam novos comportamentos e novas atitudes em relação ao trabalho. (PAIS, 2003, p. 313).

No Brasil, alguns estudos (GUIMARÃES, 2004; 2006; POCHMANN, 2004; CARRANO, 2008; MAIA; MANCEBO, 2010) denotam que a juventude é realmente sensível às transformações no mundo de trabalho. Os autores concordam que o trabalho é uma categoria essencial para compreender o homem na contemporaneidade e que apesar das transformações, não houve uma redução na centralidade que o trabalho ocupa na vida humana, ao contrário do que pensam alguns autores, como Offe (1989).

Ao tentar compreender aquilo que Offe (1989, p. 17) chama de “dissolução de uma ética do trabalho”, Guimarães (2004, p.12) afirma:

Arriscaria, então, a hipótese de que a centralidade do trabalho para os jovens não advém predominantemente do seu significado ético (ainda que ele não deva ser de todo descartado), mas resulta da sua urgência enquanto problema; ou seja, o sentido do trabalho seria antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar [...]. É, sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira.

É notório que o prolongamento da escolarização produz modos de subjetivação que delineiam formas diferentes de o jovem se relacionar com o trabalho. Nesse sentido, o processo de transição não pode ser percebido como uma simples passagem da educação para o trabalho, mas sim como uma articulação complexa entre dispositivos institucionais, biografias individuais e contextos historicamente localizados que interferem na cultura juvenil e no tornar-se adulto.

Partindo da premissa de que a transição para a adultez está associada ao surgimento de novos modos de vida que não podem ser compreendidos distanciados da totalidade das mudanças sociais, é importante fazer referência às transformações na educação superior, visto que, historicamente, a universidade se tornou a instituição de maior prestígio social na preparação profissional. Observando a história da educação no Brasil, percebe-se que as tentativas de modificações no Ensino Superior são fragmentadas e, obviamente, ocorreram em torno do contexto político, econômico e histórico de cada época. Após a Reforma de 1968 (cuja tônica é a forte intervenção militar, a influência estadunidense no Brasil e o aumento no número de universidades públicas) e a difusão da privatização do Ensino Superior no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as transformações no Ensino Superior chegaram ao seu cume com o Governo Lula (2003-2010) e têm continuidade no governo da atual da Presidente Dilma Rouseff,

com políticas voltadas para a expansão tanto das universidades como do acesso e da permanência de estudantes de origem popular.

Em abril de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE (Brasil, 2009), sinalizando as ações que envolvem a educação superior: a) Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil); b) Democratização do acesso: PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior); c) Avaliação como base da regulação: SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). Além disso, o acesso ao Ensino Superior público foi alvo de muitas polêmicas com a implementação das ações afirmativas para reserva de vagas nas universidades, conhecidas como cotas. Tendo início com a Lei Estadual nº 3709, de novembro de 2001, no Estado do Rio de Janeiro, que instituiu cota de até 40% para a população negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, a mobilização ganhou força e se tornou o Projeto de Lei nº 3.627, em 2004, visando a instituir Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial autodeclarados negros e indígenas, nas IFES. Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal validou, por unanimidade, a adoção dessa política, ao decidir que ela está em acordo com a Constituição Federal em vigor. As propostas de modificações na educação superior iniciadas no Governo Lula geram críticas, mas também a esperança de que a educação seja efetivamente acessível a uma população que dificilmente teria como ingressar nas universidades, especialmente as públicas.

Como instituição de elevada complexidade, a universidade reúne características que a tornaram uma organização social diversa e, ao mesmo tempo, altamente sofisticada, cujos delineamentos e funções sofreram transformações ao longo do tempo. Embora a Academia fundada por Platão em 387 a. C. possa ser identificada como a primeira universidade e a invenção da escrita tenha provocado em muitas civilizações a criação do que se denominou Ensino Superior, a universidade tal como conhecemos tem origem na Europa do início do século XIII (CHARLE; VERGER, 1996). A permanência da instituição universitária através dos séculos, especialmente no ocidente, é algo extraordinário. Santos (2010), ao analisar as funções da universidade, afirma que, ao longo do século XX, ela adquiriu características ligadas ora ao idealismo, ora como expoente de uma perspectiva pragmática e, finalmente, dentro das proposições da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na perspectiva idealista, o autor cita Karl

Jaspers, quando afirma que a universidade deveria assumir as funções de pesquisa, cultura e ensino. Nesse caso, a persistência da universidade na sociedade se justificaria pela função de produção da verdade, manutenção da cultura e formação integral do homem, o que incluiria a profissionalização.

Santos (2010, p. 188) afirma que, mesmo com as transformações sociais, a formulação dos objetivos da universidade, ao nível mais abstrato, permaneceu em certa medida de forma contínua: “Os três fins principais da universidade passaram a ser a investigação, o ensino e a prestação de serviços”. Por volta dos anos 1960, houve atrofiamento da dimensão cultural da universidade e privilegiou-se o conteúdo utilitário e produtivista. Foi principalmente ao nível das políticas universitárias concretas que “a unicidade dos fins abstratos explodiu numa multiplicidade de funções por vezes contraditórias entre si” (SANTOS, 2010, p. 188). A variedade das funções foi correspondente à elevação intensa da população estudantil e do corpo docente, ao aumento crescente do número de instituições universitárias, da expansão do ensino e da pesquisa em novas áreas do conhecimento.

Em 1987, o relatório da OCDE explicitou a multiplicidade de funções: educação geral e altamente especializada, fomentar a mão de obra qualificada, promover a mobilidade social da classe trabalhadora, prestar serviços à comunidade mediante atividades de extensão e elaborar modelos de políticas públicas. Com tantas funções, Santos (2010) afirma que cabe questionar se elas são compatíveis entre si. Algumas delas, obviamente, vão contra a ideia de universidade em busca do conhecimento de forma livre e desinteressada. Determinadas contradições expressas pelo autor são: o espaço dado à pesquisa compete com o espaço dado ao ensino, os interesses científicos muitas vezes chocam-se com a competitividade da economia, a educação geral e a preparação cultural colidem com a formação profissional e a educação especializada, a mobilidade social dos filhos de famílias operárias vão de encontro aos mecanismos de seleção socialmente legitimados. Essas contradições criam pontos de tensão entre a universidade, o Estado e a sociedade, bem como no interior da própria instituição universitária.

Não sendo possível superar essas contradições, “[...] o objetivo das reformas da universidade propostas um pouco por toda a parte nos últimos anos tem sido fundamentalmente o de manter as contradições sob controle através da gestão das tensões que elas provocam” (SANTOS, 2010, p. 189-190). Para o autor, essa gestão das tensões tem sido problemática especialmente em três domínios: a) produção de alta cultura das elites e de conhecimentos úteis tanto para a transformação social como para a formação da mão de obra qualificada; b) hierarquização e controle do acesso à universidade *versus* igualdade de oportunidades; c) reivindicação da

autonomia nos objetivos institucionais contra a submissão aos critérios de eficácia de origem empresarial.

Em meio a crises e multiplicidades de funções contraditórias da universidade, que se alteram de acordo com as demandas sociais e econômicas de cada época, percebe-se que a educação superior é valorizada nas sociedades do conhecimento, as quais atribuem grande importância aos saberes e às qualificações formais, estas legitimadas pelo diploma, obtidos através do sistema convencional de ensino.

Para Bernheim e Chauí (2008, p. 7), uma das características da sociedade contemporânea

[...] é o papel central do conhecimento nos processos de produção, ao ponto do qualificativo mais frequente hoje empregado ser o de sociedade do conhecimento. Estamos assistindo à emergência de um novo paradigma econômico e produtivo no qual o fator mais importante deixa de ser a disponibilidade de capital, trabalho, matérias-primas ou energia, passando a ser o uso intensivo de conhecimento e informação.

Na sociedade pré-industrial, o conhecimento representava o poder sobre os processos de plantação, construção e manufatura. Na atualidade, a definição de quem sobrevive em praticamente todos os setores dos negócios se fundamenta na maior disponibilidade de conhecimento. O conhecimento e as inovações tecnológicas são usados cada vez mais de forma competitiva como indicador de vantagens. E essa centralidade “[...] faz do conhecimento um pilar da riqueza e do poder das nações, mas, ao mesmo tempo, encoraja a tendência a tratá-lo meramente como mercadoria sujeita às leis do mercado e aberta à apropriação privada” (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p. 7). Logo, na sociedade pós-industrial, com a desindustrialização dos empregos, há um deslocamento do fazer para o saber, e a apropriação sistemática do conhecimento possibilitará um fazer específico, acessível apenas para alguns, configuração essa que vem sendo transformada aos poucos com as recentes mudanças no Ensino Superior.

A universidade como instituição que historicamente assumiu o papel da disseminação de um ensino que é superior aos demais, tornou-se uma espécie de garantia de sucesso profissional, de ascensão econômica e de *status* social. Às promessas referentes a um futuro melhor através da passagem pela universidade soma-se o fato de ser uma instituição que se constituiu como praticamente inacessível para a maioria da população brasileira desde a época de seu nascimento.

No Brasil, de acordo com Camarano et al. (2004), as políticas públicas privilegiavam menos os jovens situados da faixa etária de 18 a 24 anos se comparados aos jovens com idade inferior a 18 anos. Ainda há pouco investimento no que se refere a ajudar na decisão do jovem sobre o que fazer após a conclusão do Ensino Médio,

se continua os estudos ou se ingressa no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o mundo do trabalho tem se tornado cada vez mais exigente quanto ao requisito de diploma de nível superior para diferentes ocupações. Após um longo processo de luta dos movimentos populares pela democratização da educação, recentemente, o Brasil tem passado por mudanças no Ensino Superior que proporcionaram a expansão das vagas na universidade pública, contemplando estudantes egressos de escolas públicas, e também o aumento do número de instituições privadas de Ensino Superior que facilitam o financiamento dos estudos. A universidade, portanto, está paulatinamente deixando de ser prerrogativa apenas das elites, e se tornando uma possível via de mobilidade social para os menos privilegiados.

Estudos apontam que em países nos quais a massificação do Ensino Superior já ocorreu, como Portugal, por exemplo, houve, nos jovens, transformação significativa “[...] nas redes de sociabilidade e dos estilos de vida e, sobretudo, uma enorme abertura de perspectivas em face do futuro” (GUERREIRO; ABRANTES, 2005). Essa transformação ficou aparente nos trajetos, nas representações e nas expectativas de uma grande parte dos jovens portugueses, refletindo uma visível mudança social. “Essa massificação do Ensino Superior alterou significativamente os trajetos e os projetos de uma faixa já considerável da juventude portuguesa, transformando decisivamente o processo de entrada na vida adulta” (GUERREIRO; ABRANTES, 2005, p. 158), algo que já ocorreu em outros países da Europa. Para a maioria desses estudantes, o Ensino Superior constitui um adiamento do processo de transição para a vida adulta, ao mesmo tempo em que significa um aumento das expectativas frente ao futuro.

No entanto, Pais (2005) chama atenção para a inculcação aos jovens da representação do sistema de ensino como garantia da igualdade de oportunidades, o que poderá gerar frustração e desilusão, pois: “Ao aumento da escolarização e da formação escolar nem sempre terá correspondido uma maior qualificação profissional nem uma maior adequação do sistema de ensino ao mercado de trabalho” (PAIS, 2003, p. 33). Para o autor, os principais problemas dos jovens universitários referem-se às dificuldades de inserção profissional. Apesar de considerar que a formação é essencial para a inserção profissional, tece várias críticas a uma visão simplista de que, se o estudante obteve boa formação profissional, terá um futuro garantido no mercado de trabalho. A boa formação profissional não soluciona o problema do desemprego entre os jovens.

Nesse sentido, parece ser urgente esclarecer as confluências e contradições entre universidade, profissionalização, mundo do trabalho e juventude contemporânea. Percursos escolares mais prolongados, inserções profissionais mais tardias

e instáveis, entre outros fatores, são elementos que podem redefinir os modos de alcançar a condição adulta por parte do jovem contemporâneo. Se a transição para a adultez é cada vez menos normativa, quais as expectativas dos jovens estudantes para a vida após a universidade? Quais aspectos são considerados mais importantes para obtenção de emprego: a qualificação pessoal ou a estruturação do mercado de trabalho? Como os jovens agem para se inserirem no mundo do trabalho?

3 Referências teórico-metodológicas da pesquisa empírica

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), instituição criada em 2005 no contexto da política de expansão e interiorização das universidades federais iniciada em 2003 no Brasil. As referências teórico-metodológicas que dão sustentação à pesquisa são o interacionismo simbólico (BECKER et al., 2007) e a etnometodologia (COULON, 1995, 2008). Ambas as perspectivas se dedicam à vida cotidiana, pois acreditam que somente por essa via é possível perceber a realidade se fazendo, através da interação que ocorre entre as pessoas. Os indivíduos são intérpretes da vida social, não simplesmente se adaptam a uma realidade previamente estruturada. Ao considerar o ser humano como agente na sociedade, os teóricos dessas vertentes concordam que a realidade social é fabricada constantemente por meio da interpretação que os atores sociais dela fazem, construindo o mundo social. Assim sendo, o pesquisador se coloca no campo como um intérprete das interpretações, e não como alguém que irá, de forma distanciada, explicar uma realidade já representada.

Como recurso para gerar dados, optou-se pela Entrevista Narrativa (EN) no formato sistematizado pelo sociólogo alemão Fritz Schütze e difundido no Brasil, inicialmente, por Jovchelovitch e Bauer (2008, p. 93). De acordo com esses autores, a EN tem como ideia básica “reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível”, através do estímulo de uma pergunta disparadora para que o informante conte uma história sobre um acontecimento importante de sua vida e do seu contexto social. A EN foi desenvolvida para substituir o esquema de perguntas e respostas presente na maioria dos modelos de entrevista utilizados. Assim: “O pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008, p. 96). É importante destacar que também se recorreu ao diário de campo como instrumento para registro das impressões da pesquisadora.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB, em acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, em vigor no momento da coleta de dados, e obteve parecer favorável à sua execução. A investigação foi dividida em três fases: a) aplicação de um questionário de sondagem em uma turma de concluintes do Curso de Psicologia da UFRB com a finalidade de selecionar os participantes para a fase seguinte; b) entrevista com concluintes; c) entrevista com os mesmos participantes da fase anterior já na condição de egressos, aproximadamente um ano após a concessão da primeira entrevista. 11 (onze) participantes foram entrevistados e, para selecioná-los, seguiu-se a orientação de Pais (2003), de atender ao critério de representatividade com a escolha de participantes nas mais diversas situações econômicas, sociais e culturais para, posteriormente, identificar as uniformidades observáveis, de cursos de ação relativamente semelhantes.

A interpretação dos dados ocorreu ao longo de toda a pesquisa, por meio do estabelecimento de relações entre as impressões da pesquisadora e a narrativa dos participantes. No momento de transformação da interpretação em escrita, a principal inspiração para a organização dos dados foi a Análise Temática (MINAYO, 2000), considerada uma das modalidades da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2006). Para Minayo (2000), essa modalidade de análise consiste na codificação, categorização, agrupamento temático e interpretação de maneira mais ampla, mediante a descoberta dos núcleos de sentido que compõem uma comunicação, na qual a presença ou frequência signifiquem algo para o objeto analítico visado.

Para a escrita deste texto, foram consideradas duas categorias que se relacionam mais diretamente com a temática “educação e trabalho”. A primeira delas foi identificada a partir de entrevistas realizadas poucos meses antes da conclusão da graduação em Psicologia. Após aproximadamente um ano da concessão da primeira entrevista, os participantes foram novamente entrevistados e narraram como estava sendo a experiência de inserção no mundo do trabalho.

4 Estudar e trabalhar em um futuro de incertezas

Apesar dos problemas cotidianos imediatos ocuparem os estudantes sobre como atravessar a universidade, eles estão sempre olhando para o futuro, para o tempo em que não serão mais estudantes e terão de escolher o que fazer. No momento da finalização do curso, a preocupação sobre se irão ou não conseguir emprego, ocupa lugar central. Além disso, eles consideram que precisarão aprofundar os estudos em determinado campo da Psicologia, pois o curso é generalista. Assim, eles chegam à conclusão que, em um futuro próximo, estarão trabalhando e cursando uma pós-graduação.

Com relação ao trabalho, todos gostariam, com maior ou menor intensidade, de trabalhar como psicólogos, conforme comenta Beatriz³: “*Eu quero trabalhar no que eu me formei*”. Porém, quando perguntados se há preferência por campos de atuação específicos, os estudantes respondem suas predileções pelas áreas em que tiveram prática, mas fazem questão de destacar que não negariam uma oportunidade de emprego em outro campo. Quando os estudantes dizem que não negariam outras oportunidades, eles estão se referindo a algo que é externo à universidade, mas discutido internamente: a falta de vagas no mercado para todos. A questão do desemprego é algo que preocupa o estudante porque, obviamente, ele convive com outras culturas nas quais obtém dados sobre isso, visto que esse tema não é discutido oficialmente no curso. Porém, na cultura estudantil, o tema emerge como algo marginal. Elisa, por exemplo, lembra-se de algo que uma professora disse na primeira aula do curso: “*Ela falou que quando ela se formou, ela procurou ter experiência na área que surgiu, porque a gente não vai conseguir emprego logo na área que a gente quer*”. No entanto, os participantes fazem a ressalva que “*pegam o que aparecer pra pode começar*”, e que, posteriormente, tentarão escolher a área em que realmente gostariam de trabalhar.

Às vésperas de deixarem para trás o *status* de estudante, os participantes parecem esforçar-se para projetar o amanhã, tentando equilibrar-se entre aquilo que imaginaram para si mesmos e a possibilidade de realização. Como afirma Leccardi (2005), jovens contemporâneos se empenham em lidar com a incerteza do futuro, que é percebido de forma ambivalente, ora como espaço do devir possível, ora como insegurança. Os entrevistados parecem aceitar a incerteza como um fato e reconhecem que precisam ser habilidosos em manterem seus projetos a despeito das contingências.

O principal ponto destacado pelos estudantes para justificar isso é a urgência em obter independência financeira. Mesmo considerando que os estudantes fazem parte de segmentos sociais diferentes, e que, objetivamente, a urgência de alguns é maior, no plano subjetivo nenhum deles suporta mais ser dependente de alguém ou de alguma instância, no caso da família ou da própria universidade, pois alguns dependem bastante do auxílio financeiro fornecido pela instituição. Nenhum deles imagina que estará ganhando altos salários, como diz Núbia: “*Eu sei que não vou ficar rica, mas espero estar ganhando um salário razoável*”. Esta independência financeira também significa uma resposta à expectativa da família. Por esse motivo, alguns cogitam não trabalhar como psicólogos se receberem

3 Todos os nomes mencionados são fictícios para proteger a identidade dos entrevistados. Os trechos dos relatos foram mantidos sem correções; por isso, desvios à norma padrão devem ser desconsiderados.

alguma proposta de trabalho cujo retorno financeiro seja maior do que ganharia um psicólogo, ou seja, somente assim eles conseguiriam justificar para a família porque estariam trabalhando em outra área.

Outro aspecto refere-se a todos os estudantes pretenderem fazer uma pós-graduação, seja especialização ou mestrado acadêmico. Essa escolha segue a mesma direção com relação ao trabalho: gostariam de fazer uma pós-graduação na área de maior interesse e prática; porém, consideram que talvez seja melhor esperar para fazer uma pós-graduação apenas após estarem trabalhando. Assim, poderiam optar pela área dependendo de onde estivessem trabalhando e não a partir de onde gostariam de atuar. Em síntese, eles ficam em dúvida se é melhor ser pós-graduado naquilo que gostam ou no que é necessário. Como não há nenhuma orientação para o estudante com relação a isso, ele se vê sozinho diante das possibilidades de escolha. Isso demonstra o difícil entrelaçamento entre universidade e mundo do trabalho. Os estudantes preocupam-se constantemente se vão conseguir emprego após a conclusão do curso, mas a universidade não é uma ponte linear que vai ligar os dois mundos. Como dito anteriormente, desde que foi criada, a universidade precisa gerir tensões (SANTOS, 2010), e uma delas está exatamente entre a formação geral e a formação profissional. Na universidade, o estudante é convocado e exercer um pensamento crítico e a se posicionar diante das demandas contemporâneas, mas ele sabe que, quando se deparar com o mercado de trabalho, deverá, em certa medida, atender às exigências deste, o que o deixa inseguro sobre como investir nos estudos após a graduação, se de acordo com sua vontade pessoal ou com o que é mais urgente.

O fato de todos os estudantes afirmarem que intencionam fazer uma pós-graduação está relacionado, também, a aumentar as chances de conseguir trabalho através de um currículo mais competitivo. No entanto, fica claro que eles assimilaram a ideia de que a graduação é muito pouco diante de tudo o que é necessário aprender, o que acena para a continuidade dos estudos. De certo modo, é como se a universidade estivesse sempre apontando para o futuro: você só irá praticar depois de aprender a teoria e, quando você praticar, vai perceber que ainda não aprendeu tudo; então, precisará continuar estudando. Porém, é muito importante ressaltar que, no momento da conclusão do curso, os estudantes sentem-se preparados para ingressar no mercado de trabalho como psicólogos. Apesar de, em alguns pontos específicos, sentirem-se inseguros ou imaturos, eles acreditam que os anos de graduação foram suficientes para começar a vida profissional como psicólogos. Como dito anteriormente, eles gostariam de trabalhar naquilo que têm prática, mas sentem-se disponíveis para ingressar em uma área em que não praticaram.

5 Estratégias para conseguir trabalho

Ao relatarem sobre suas expectativas de futuro, os participantes narram como imaginam que isso pode ser operacionalizado. Eles percebem ou criam estratégias muito semelhantes para ocupar uma vaga no mundo do trabalho; porém, não necessariamente de forma sincronizada. Para alguns, a situação se apresenta como um problema que deve ser resolvido rapidamente, enquanto para outros é possível dispender com isso um tempo maior. Esta seção reúne dados tanto da primeira como da segunda entrevista, visto que há, mais claramente, uma demarcação na transição entre a universidade e o mundo do trabalho, algo que pode ser mais bem compreendido ao abarcar os dois momentos das entrevistas.

Na primeira entrevista, foi perguntado aos estudantes o que eles consideram importante para conseguir uma vaga no mundo do trabalho. Alguns começam com o discurso de que é importante ter uma boa formação, estar capacitado e preparado. Porém, o mercado não absorve todas as pessoas; portanto, objetivamente há dois caminhos: o concurso público e a indicação através do contato com alguém que tenha poder para ajudar a ocupar determinada vaga, seja no serviço público ou na iniciativa privada. No segundo encontro, eles confirmam essa percepção, trazendo à tona vivências que comprovam isso. Os participantes sabem que não se trata mais de pensar nas regras internas da universidade, mas sim de “[...] detectar as normas sociais, que são mais complexas, mais sofisticadas e que não estão na mesma escala que as regras internas” (COULON, 2008, p. 167), mas que, em alguma medida, relacionam-se com as perspectivas desenvolvidas ao longo da vida universitária.

A principal motivação dos estudantes para realizar concurso público é a estabilidade financeira. Eles também consideram que a aprovação se dá por mérito próprio, ou seja, é mais louvável do que a indicação. Todos os entrevistados já tinham realizado algum concurso público desde antes do final da graduação, seja para cargos de nível médio, superior, ou especificamente, para psicólogo. Os concursos para psicólogo mais disputados por eles são abertos por prefeituras de municípios da região do Recôncavo Baiano. Quando uma prefeitura abre um concurso para psicólogo, a participação deles é massiva, como diz Gisele: “parece reencontro da turma”. Todos concordam que os salários oferecidos são baixos, mas alguns preferem ter um salário baixo fixo a dependerem de uma contratação temporária, na qual podem ser demitidos a qualquer momento. Há, também, concursos para trabalhos por tempo determinado. Essa modalidade de concurso também é bastante valorizada, pois, embora que seja um trabalho temporário, há

uma previsão do tempo de duração do contrato, o que dá uma sensação maior de estabilidade.

Dentre os entrevistados, duas pessoas haviam sido aprovadas em concursos municipais para psicólogo. Afirmam que um grande diferencial para conseguir a aprovação é a eficiência na prova de Português. Esse dado chama atenção porque Elisa afirma que teve um desempenho ruim nas provas, especialmente na prova de português. Ela relaciona isso ao fato de ser egressa de escola pública, pois, na sua visão, os que estudaram em escolas privadas tinham uma base melhor. Nesse caso, ela revela que, indiretamente, as pessoas egressas de escolas públicas têm menos chance de aprovação. Por outro lado, estudantes de escolas privadas também sentem essa dificuldade, como afirmado por Gisele: *“eu olhava para a prova e não lembrava mais o que era ênclise!”*. Talvez seja relevante mencionar que, entre os dois aprovados citados, um deles é egresso de escola pública.

Outro dado interessante é a reflexão que os participantes fazem sobre “o que cai na prova”. Muitos concursos exigem conhecimento específico em campos nos quais o estudante não investiu muito estudo, porque durante a graduação eles escolhem aprofundarem-se naquilo que gostam. Aquela vertente da Psicologia com a qual não se identificam, normalmente, é desvalorizada. Maiara, por exemplo, afirma:

“Isso me quebrou quando eu fui fazer concurso, porque eu vi que a gente se desenvolve de tal forma no curso, criticando, se distanciando, evitando algumas linhas que vão ser necessárias lá na frente. Muita coisa que eu optei, foi pensando ‘não vou muito por aqui, porque não gosto muito’. Não é bem assim que funciona!”.

Se na universidade Maiara sentiu-se convocada a exercer sua liberdade de escolha, talvez como reflexo de uma sociedade dominada pelo bem-estar individual e satisfação íntima, no mundo do trabalho percebeu a necessidade de renunciar a si mesma para ocupar uma vaga.

Embora conseguir um emprego por meio de contatos pessoais não seja uma tarefa fácil, visto que há mais candidatos do que vagas, os entrevistados partilham a ideia de que escolher essa via não é motivo para se envaidecer. Beatriz, por exemplo, conta que sentiu *“um misto de alegria e vergonha”*, ao conseguir uma indicação para um emprego como psicóloga de um município, e que *“não queria que ninguém soubesse”*. Estudos realizados no Brasil e em Portugal compartilham essa compreensão. De acordo com Guimarães (2004, 2012a, 2012b), pesquisas sobre trajetórias de jovens brasileiros mostram que mecanismos informais de intermediação são recursos poderosos para dar início às incursões no mercado de trabalho. Para a autora, as oportunidades na obtenção de emprego não variam

apenas em função das mudanças na estrutura da oferta de postos de trabalho, ou da variação nos atributos individuais daqueles que os solicitam, “[...] mas estão associadas, como fartamente demonstrado, à natureza das redes em que os indivíduos se inserem e, sobretudo, refletem o modo como atributos e relações são representados, mobilizados e negociados nas situações de procura de trabalho” (GUIMARÃES, 2012a, p. 2). Guerreiro e Abrantes (2007, p. 46) defendem que esses recursos têm uma conotação ilegítima por parte dos jovens, pois “[...] de facto, o proteccionismo a certos indivíduos perverte a lógica da livre concorrência no mercado de trabalho”.

Os entrevistados são unânimes na importância da influência para se conseguir um contrato por tempo determinado. Para eles, não existe seleção por meio de currículo ou de alguma análise da competência da pessoa para o cargo. Como enfatiza Beatriz, *“se você não conhecer ninguém, eles nem olham seu currículo”*. A importância do contato é tão evidente para os estudantes que uma das grandes questões nas entrevistas era investigar como eles tinham feito essa descoberta e como eles faziam para realizar os contatos. Todavia, para eles é tão óbvio, tão naturalizado, que não conseguiram dar uma resposta substancial. Eles precisavam ser vistos, conhecidos pelas pessoas, para poderem conseguir um emprego no futuro. Alguns buscaram isso ainda durante a graduação, mediante estágios extracurriculares ou, no caso especificamente de Núbia, do trabalho, já que ela era funcionária de uma Prefeitura. Não há, portanto, como identificar, através das entrevistas, uma resposta padronizada sobre como eles agem para conseguir estabelecer esses contatos, nem mesmo sobre como eles perceberam que isso era importante.

Uma resposta possível é o enraizamento deles na “cultura do interior”. Todos os participantes viveram sempre em cidades do interior do estado, então, talvez, para eles seja algo presente na tradição cultural, pensando em cultura no sentido amplo, como um conjunto complexo de códigos que configura o pensamento e a ação humana. Possivelmente, um estudo de cunho mais antropológico possa alcançar uma resposta mais consistente para essas indagações. É importantíssimo ressaltar, também, que todos os participantes pretendem continuar residindo no interior, sendo algo que eles enfatizam bastante. Isso se deve tanto a questões de “estilo de vida” quanto profissionais. É unânime a queixa de que, em grandes cidades, o trânsito é caótico, se gasta muito tempo e dinheiro com deslocamento e há um maior índice de violência. Além disso, os estudantes percebem que há mais oportunidades de emprego no interior, já que é onde eles têm contatos pessoais e profissionais que podem lhes ajudar a conseguir trabalho. Os participantes compreendem a importância de manterem relações frequentes e fortes para a obtenção de emprego, algo já discutido por Guimarães (2012a).

Fátima, por exemplo, afirma: “*o que é que eu vou fazer em Salvador? Lá eu não sou ninguém!*”. Dentre os entrevistados, sem dúvida Fátima é a que mais enfatiza a importância de estabelecer contatos sociais para conseguir uma indicação para um emprego como psicóloga. Por questões circunstanciais, de precisar de um auxílio para se transportar de sua cidade para a UFRB, ela iniciou um estágio extracurricular logo no segundo semestre do curso. Ela trabalhava na recepção e não era estagiária de Psicologia, mas estava em uma instituição onde havia psicólogos; então, logo percebeu a importância da aprendizagem prática. Isso, sem dúvida, contribuiu para que constatasse, também, a importância do estabelecimento de uma rede social de contatos. A partir desse primeiro estágio, Fátima participou de outros, mesmo que a instituição não fosse conveniada à UFRB e foi conhecendo mais e mais pessoas influentes. Na primeira entrevista, ela deu tantos exemplos de pessoas que ela já conhecia e que poderiam lhe ajudar no futuro, que, durante a própria entrevista, ela se surpreendeu: “*nossa, eu tô me dando conta disso agora; mas, não foi assim intencional como tá parecendo*”.

No segundo encontro, Fátima contou que estava trabalhando em uma instituição pública de assistência social e atendendo em duas clínicas privadas. Estava, também, sendo disputada pela Secretaria de Saúde de um município, que gostaria que ela migrasse para outra instituição. A sua agenda, em ambas as clínicas, estava, praticamente, com todos os horários ocupados. Foi indagada como fazia para conseguir que sua agenda ficasse sempre cheia, ao que ela respondeu: “*contato!*”. Questionou-se se ela fazia contato com a população para ser procurada e ela respondeu: “*Não, é a dona da clínica. É a recepção da clínica. São elas que agendam. Não é que elas colocam mais [pacientes] pra mim; mas, tem alguns profissionais que ela diz: ‘fecha a agenda de fulano’. Ela encaminha pra mim*”. Fátima se diferencia dos outros participantes, pois alcançou uma posição tal dentro da profissão que ela mesma tornou-se um contato: “*Quem tava por aqui por perto eu tentei resolver, tentei conseguir[...]. Núbia já falou comigo várias vezes e eu tô tentando conseguir um trabalho pra ela [...]. Eu sou um contato, sou mesmo*”. Fátima se diferencia dos demais participantes, demonstrando muita habilidade em estabelecer contatos profissionais mesmo antes de se graduar, talvez em decorrência de sua constante interação com pessoas pertencentes à cultura profissional, por meio dos estágios extracurriculares.

A inserção profissional de Fátima parece ser de melhor qualidade do que a dos demais. Podem ter contribuído para isso as características de seus contatos, que eram pessoas com informações sobre empregos no campo da Psicologia, bem como os atributos dela mesma, por ser de uma família de classe média, filha de um

líder religioso de uma cidade pequena, o que faz pensar que, desde cedo, aprendeu a estar em contato com grupos diversificados.

Algo bem interessante e, ao mesmo tempo, incômodo na realização das entrevistas, foram as situações nas quais os participantes narraram a busca deles pela mesma vaga. Lauro contou que quando surgiram três vagas para psicólogo em um município, ele era a pessoa mais capacitada no momento para ocupar uma delas, pois eram cargos com atividades semelhantes às que ele desenvolvia no estágio específico: *“As pessoas que podiam me contratar, sabiam do meu trabalho, sabiam que eu poderia fazer um ótimo trabalho. Mas, por questões políticas, outras pessoas foram contratadas. Eu fiquei super-revoltado!”*. As vagas foram ocupadas por colegas da graduação, coincidentemente também participantes da pesquisa. A expressão “por questões políticas” é utilizada várias vezes, o que parece uma forma de evitar dizer que alguém conseguiu o emprego por aproximação com pessoas que ocupam cargos políticos em prefeituras.

Esse tema é extremamente presente no discurso dos participantes. Se eles conseguiram o emprego por “questões políticas”, podem perdê-lo pelo mesmo motivo, sendo possível ser demitido para que a vaga seja destinada a alguém com maior influência. Núbia, por exemplo, conta que ofereceram uma vaga já ocupada por uma colega sua e ela rejeitou a proposta, alegando: *“Se for pra conseguir emprego assim, eu não quero, não!”*. Uma situação vivenciada por todos foi a possibilidade da mudança de gestão municipal, já que a segunda entrevista ocorreu em ano eleitoral. E isso preocupou bastante os estudantes; afinal, em cidades onde o partido opositor foi vencedor, eles tinham como certo que seriam demitidos até o final do ano. Em outras cidades, onde haveria uma continuidade do mesmo grupo político, eles se sentiam apreensivos, mas um pouco mais seguros de que não seriam demitidos tão rapidamente. Todos os participantes, sem exceção, tocaram nesse assunto. Há uma dependência dos cargos públicos municipais para se conseguir emprego, e isso está, irremediavelmente, ligado à qualidade da relação com os políticos da região, inclusive na definição dos salários. Segundo Lauro, *“O quanto as pessoas ganham depende do nível de proximidade com o político. Se você é próximo de determinadas pessoas, você ganha mais”*. Claramente, a prática do clientelismo é naturalizada, havendo uma troca de favores onde os eleitores são tratados como “clientes”. Isso mostra que a importância do contato não se encerra no momento em que se consegue ocupar uma vaga, pois a instabilidade alcança outras superfícies além de ter ou não ter emprego. Isso faz as pessoas precisarem estar sempre em busca de novos contatos e atentas à relação que se estabelece com os contatos que já foram realizados. Lauro compreende, então, a importância

não apenas do estabelecimento de redes sociais para ter acesso ao emprego, mas também a manutenção da qualidade dos vínculos relacionais. Quanto mais frágil o vínculo laboral, como é o caso dos contratos temporários realizados por muitas Prefeituras, mais as características dos contatos dessas redes, ou seja, a forma como os laços são estabelecidos e mantidos, tornam-se “[...] mecanismos decisivos a deslindar a maneira pela qual a rede pessoal pode interferir na trajetória ocupacional” (GUIMARÃES, 2012a, p. 24).

Apesar de os participantes não considerarem os contatos sociais um caminho tão louvável, sem dúvida, ele é o mais eficiente no momento de vida em que estão, pois dos 11 (onze) entrevistados 8 (oito) conseguiram uma vaga no mercado de trabalho, como psicólogos, por esta via. Os outros 3 (três) entrevistados ainda não estavam trabalhando como psicólogos: Ivana já havia sido aprovada em um concurso público de contratação temporária e estava aguardando ser convocada, além de trabalhar em casa dando aulas particulares; Lucas continuava trabalhando como músico, mas não havia conseguido ainda se inserir no mercado como psicólogo; já Elisa realizou alguns concursos públicos, mas não obteve aprovação. As histórias observadas individualmente podem não trazer nenhuma novidade para o leitor; porém, ao buscar algo em comum nas narrativas, percebe-se que os entrevistados são exatamente os mesmos participantes que trataram a necessidade de inserção no mercado de trabalho como algo que não precisaria de resolução imediata.

Inicialmente, constatar isso foi incômodo, pelo receio de não cair no lugar comum de responsabilizar exclusivamente o indivíduo pelo que lhe acontece. No entanto, esses três participantes trataram a questão de conseguir um emprego como algo para ser resolvido em um futuro mais distante se comparados aos outros participantes. É possível, então, que se trate de estratégias diferentes, pois, enquanto alguns se antecipam na busca pelo emprego, outros preferem postergar o uso de táticas para esse fim. Na primeira entrevista, Elisa, por exemplo, diz que prefere não pensar em como fará para conseguir um emprego, pois isso a deixaria muito ansiosa e, de fato, ela não sabia como isso aconteceria:

“Eu aprendi a aguardar o tempo, esperar, deixar as coisas acontecerem, fazer o que eu posso fazer naquele momento. Então, agora eu sinto expectativa, esperança; mas, também, eu sinto a necessidade de estar com o pé no chão, de não ficar pensando alto demais, porque isso acaba fazendo a gente sofrer quando as coisas não acontecem”.

Ivana e Lucas sentem-se muito cansados no momento da finalização da universidade. Ambos dizem que não se encaixam no perfil dos participantes da pesquisa. Lucas afirma: *“Eu queria aproveitar, no meu jeito de caminhar. Eu queria*

aproveitar esses dois meses ou um mês, de ócio total, total mesmo. E, depois, tomar aquele choque e dizer: 'Não! Vamos ver o que é que eu vou fazer'". Para Ivana, a experiência universitária foi vivida de forma muito densa, e antes da conclusão do curso ela afirma: "Eu acho que o que eu mais queria, depois que terminar a universidade, é fazer uma viagem mesmo. Sei lá, ir embora, entrar em contato com as pessoas... Viver!"

No segundo encontro, os três estavam mais preocupados em trabalhar como psicólogos do que na primeira entrevista. Contam que fizeram poucas tentativas para conseguir trabalho através de contatos, investindo mais em concursos públicos. Além do adiamento de tomarem ações efetivas para conseguir trabalho, esses participantes parecem não utilizar as redes de contato de forma eficiente, o que parece ser uma consequência do localismo vivido por eles, com relações mais concentradas em um mesmo espaço geográfico (GUIMARÃES, 2012), bem como pelas características das redes de seu convívio, com menos poder de informação e que possibilitem o acesso ao trabalho. Outro fator que chama atenção é que esses participantes são egressos de escola pública e os primeiros universitários da família, o que pode apontar para trajetórias de trabalho mais vulneráveis por não terem suporte familiar para a transição universidade-trabalho, embora isso não seja um determinante, visto que outros participantes na mesma condição estavam empregados no momento da segunda entrevista.

Em síntese, os participantes experimentam ansiedade quando o assunto é desemprego e estratégias para conseguir trabalho. Tanto no momento da conclusão do curso, como posteriormente, o trabalho é a preocupação central de suas vidas, pois eles sabem que não há vagas para todos. Como afirma Lucas: *"Quando alguém me encontra na rua e pergunta 'é aí?', eu já sei que tá falando de trabalho"*. Mesmo após estarem empregados, os entrevistados se preocupam se permanecerão no trabalho. Coletivamente, pensam que o concurso público seria a melhor opção para conseguir um trabalho mais estável, mas utilizam como método para obtenção de emprego o acionamento de redes de contatos sociais.

6 Considerações finais

Investigar as expectativas de futuro de estudantes e egressos universitários e como eles planejarão e executarão sua inserção no mundo do trabalho, abre a possibilidade de compreender quem são os jovens na atualidade, a partir do enfoque em como o jovem responde à expectativa cultural de se tornar um profissional, de obter trabalho e emprego, enfim, como é a sua transição de estudante para

trabalhador. Sabe-se que a repercussão disto para a transformação da identidade é crucial, principalmente pelo fato de o trabalho ser uma importante forma de inserção e reconhecimento social. A conclusão de uma graduação exige a definição de objetivos, a formulação de estratégias do que fazer após a finalização do curso em consonância com as oportunidades e dificuldades percebidas.

A pesquisa aponta caminhos possíveis para tornar explícitos os processos que estão implicados nas escolhas dos atores envolvidos nas situações de formação e exercício profissional, e que tipo de suporte social está em jogo nas suas tomadas de decisões. Partindo de uma perspectiva interacionista e compreensiva, o estudo mostra que o ingresso no mundo do trabalho ocorre por uma complexa articulação entre predicados pessoais e redes de sociabilidade.

Ainda na condição de estudantes, os participantes avaliam que a universidade os forma para serem psicólogos, mas não se apresenta como um elo para o mundo do trabalho, pois suas expectativas em relação ao futuro profissional remetem a uma sociedade cada vez mais incerta, onde eles mesmos terão de agir para garantir que suas trajetórias não sejam completamente guiadas pela economia e pelo modelo produtivo, sem o exercício de liberdade que lhes foram conferidos durante a passagem pela universidade. Na falta de políticas públicas de suporte para quem procura trabalho, os participantes sabem que são as redes de sociabilidade, estabelecidas a partir de um esforço individual, a via mais eficiente para conseguir emprego, visto que não há vagas para todos. Nesse sentido, os egressos compreendem que o diploma e a boa formação não são suficientes para garantir a obtenção de trabalho. Sabem que precisam ter iniciativa e esforçar-se para fortalecer as redes nas quais estão inseridos ou devem se inserir, pois não somente as qualidades e qualificações pessoais mas também a atual conjuntura de como os vínculos laborais estão estruturados são determinantes para ocupar uma vaga no mundo do trabalho, ganhando cada vez mais relevância a intrincada negociação entre atores e entre estes e o seu entorno social.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage Publications, 1992.

BECKER, Howard Saul; GEER, Blanche; HUGHES, Everett C.; STRAUSS, Anselm. *Boys in White: Student Culture in Medical School*. 1. ed. New Brunswick (USA); London (U.K.): Transaction Publishers, 2007.

BERNHEIM, Carlos Tünnerman; CHAUI, Marilena de Souza. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior*. Brasília: UNESCO, 2008.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; PASINATO, Maria Tereza; KANSO, Solange. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Última década*, v. 12, n. 21, p. 11-50, 2004.

CARRANO, Paulo César. Jovens pobres: modos de vida, percursos urbanos e transições para a vida adulta. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, v. 30, n. 2, p. 62-70, 2008.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *A Condição de Estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. Como tornar-se adulto: processos de transição na Modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, p. 157-212, 2005.

_____.; _____. *Transições incertas: Os jovens perante o trabalho e a família*. 2. ed. Lisboa: Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego; Ministério da Educação, 2007.

GUIMARÃES, Nadya Araujo N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 149-174.

_____. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 171-198.

_____. Trajetórias, atributos e relações. Representações sobre redes e obtenção de trabalho. *Redes*, v. 22, n. 6, p. 1-39, 2012a.

_____. À procura de trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho? *Novos Estudos*, v. 93, p. 123-143, 2012b.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. A entrevista narrativa. In: _____.; GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

LECCARDI, Carmen. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e o tempo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-37, 2005.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCEBO, Deise. Juventude, trabalho e projetos de vida: Ninguém pode ficar parado. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 2000.

OFFE, Claus. Trabalho: uma categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 5-20, 1989.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

_____. *Ganhos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar, 2005.

POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Ed.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Submissão em: 30/04/2015.

Aprovação em: 03/12/2015.